

RELATO DE EXPERIÊNCIA COM A INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: UMA REALIDADE NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE-UERN

Núzia Roberta Lima – UERN¹
nrobertalima@hotmail.com

Antônio José de Sousa Sampaio Barros²
antonijoseb@hotmail.com

RESUMO:

Este estudo retrata um relato de uma experiência na docência superior com a inclusão na disciplina Corpo, Movimento e Ludicidade. Objetiva discorrer sobre as vivências com a educação inclusiva os desafios e superações desse trilhar. O referencial teórico-metodológico fundamenta-se em autores que discutem a inclusão como: Carvalho (2014); Silva (2014); Lacerda e Santos (2014); Gaio e Meneghetti (2011) e narrativas como Josso (2010). Utilizamos da análise dos referenciais bibliográficos, e do recorte do diário reflexivo sobre as experiências na educação superior com inclusão. Os resultados obtidos com esse estudo versam sobre a importância de uma prática pedagógica que atenda aos modos de uma educação inclusiva, tendo em vista a contribuição da disciplina Corpo, Movimento e Ludicidade para um (re) pensar acerca da inclusão de maneira mais efetiva.

Palavras-chave: Inclusão. Educação superior. Docência.

¹Professora substituta do Departamento de Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Mestre na linha de Pesquisa Formação Humana e Desenvolvimento Profissional Docente no POSEDUC-UERN. E-mail: nrobertalima@hotmail.com

² Profissional de Educação Física da Educação Básica, graduado em Educação Física. Especialista em Lazer pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN./ Faculdade de Serviço Social -FASSO/ Centro Federal de Educação Tecnológica do RN- CEFET/ Fundação de Apoio Ao CEFET-RN / FUNCERN. E-mail: antonijoseb@hotmail.com

1. O INÍCIO DE UMA TRAJETÓRIA

As discussões sobre a inclusão de pessoas com necessidade especiais vem tomando corpo ao longo dos anos. A preocupação de forma abrangente no Brasil com a educação especial ocorreu com a Lei de Diretrizes –LDB nº 4.024/61. Até esse período foram organizadas Campanhas voltadas para a Educação do Surdo, Campanha Nacional e Educação e Reabilitação dos Deficientes Visuais entre outras. Mediante a isso faço ressalvas de quando comecei a me deparar com a inclusão na escola básica.

Os discursos sobre a inclusão geram efeitos de verdade distintos nos sujeitos. Portanto, para analisar a inclusão não basta mapear o presente a partir de coleta de políticas, leis, regulamentos, histórias de vida, testemunhos, estatísticas, etc. É condição para entender a sua emergência focar acontecimentos passados, buscando estabelecer sempre de forma arriscada e perigosa, relações entre acontecimentos aparentemente desconexos, mas que são capazes de nos fazer compreender aquilo que nos tornamos, lutamos e acreditamos. Mediante aos exposto, relataremos as nossas experiências com a educação inclusiva na docência superior.

Segundo Josso (2010, p.65), o trabalho com narrativas de vida, em cointerpretação com seu autor, põe em evidências, sob a forma de peregrinação “vital”, a procura de um saber-viver. Destarte, o presente estudo objetiva discorrer relatos sobre as vivências com a educação inclusiva os desafios e superações do fazer pedagógico. Nessa perspectiva a grande inquietação se origina dos seguintes questionamentos: Em nossas práticas pedagógicas, como se configurou o trabalho com a inclusão escolar? As vivências da graduação forneceram elementos formativos para a atuação com a inclusão de pessoas com necessidades especiais na educação básica a superior?

Destacamos a experiência com a docência superior na UERN com a disciplina Corpo, Movimento e Ludicidade no semestre de 2012.1, no 7º período do curso de Pedagogia, momento em que tivemos a oportunidade de trabalhar com um aluno com surdez.

O referencial teórico-metodológico utilizado nesse estudo fundamenta-se em autores que discutem a inclusão como: Carvalho (2014); Lacerda e Santos (2014); Gaio e Meneghetti (2011) e histórias de vida, o qual destacamos Josso (2010). A hipótese é a de que o repertório acionado resulte de uma combinação de uma prática pedagógica voltada para uma educação inclusiva a partir das disposições vivenciadas no processo de formação continuada, e teve como locus a sala de aula da Universidade.

2. (RE) CONCEITUANDO AS NECESSIDADES EDUCACIONAIS: UM BREVE

RECORTE

O conceito de educação inclusiva é abrangente, passível de muitas interpretações, por isso, é preciso elaborar uma definição considerando a realidade brasileira. São diversos os problemas que se enfrenta. Diante dessas condições estruturais e das rápidas transformações tecnológicas, políticas, sociais e ideológicas em processo, é preciso que se

tenha uma cautela necessária ao debate acerca da educação de alunos com necessidades especiais.

Segundo Pletsch (2010), a partir da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), o termo necessidade educacionais especiais passou a abranger desde pessoas com dificuldades de aprendizagem decorrentes de condições econômicas e socioculturais, até pessoas com algum tipo de deficiência, altas habilidades ou condutas típicas.

No Brasil, a expressão necessidades educacionais especiais aparece oficialmente nos Parâmetros Curriculares Nacionais – adaptações curriculares especiais. Assim, as pessoas que estão na condição de deficiência têm os mesmos direitos garantidos a todos os seres humanos na Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 e na Constituição Federal em 1988 de nosso país. Logo, é dever de todos buscar informações e desenvolver ações e atitudes que garantem seus direitos.

Existe ainda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para a Educação Especial, modalidade especial oferecida aos alunos surdos na qual os sistemas de ensino devem assegurar a esses currículos, métodos, técnicas, recursos educativos de acordo com as suas necessidades, bem como professores habilitados para o atendimento às diferenças.

[...] A Lei nº 10.845, de 05 de março de 2004, que instituiu o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), às pessoas com necessidades especiais. [...]. Há discussões sobre a aplicação do AEE nos espaços escolares devido à falta de práticas dos professores[...] (Lacerda e Santos, 2014, p.53).

Na docência superior, tivemos a oportunidade de acompanhar algumas alunos no estágio supervisionado II no 6º período do curso de Pedagogia da UERN, no Ensino Fundamental Anos Iniciais, e diante disso, constatamos algumas dificuldades encontradas pelas alunas estagiárias em algumas salas de aula. Sem nenhum preparo são convidadas a vivenciar a prática com a inclusão nas escolas, o de certa forma me chama a atenção sobre o papel do professor orientador do estágio e da instituição formadora, no caso da UERN, o de ampliar cada vez mais esse olhar sobre a inclusão, de buscar conhecimentos e a formação continuada.

No entanto, a inclusão educacional depende tanto de políticas inclusivas quanto de práticas pedagógicas, ainda hoje direcionadas a aluno com deficiência, no entanto é preciso entender a deficiência como resultado da inter-relação das limitações individuais com as barreiras existentes no ambiente em que se vive, é preciso considerar o contexto e o papel do educador e de cada indivíduo na constituição de cada uma das deficiências.

É preciso se pensar uma postura de enfrentamento das concepções que ainda relacionam a deficiência a incapacidade de que se possa pensar a deficiência além dos sujeitos.

3. VIVÊNCIAS COM A DOCÊNCIA SUPERIOR E A INCLUSÃO

Destacamos a experiência com a inclusão na docência superior no semestre 2012. 1, com a disciplina Corpo, Movimento e Ludicidade. Essa disciplina tem como objetivo refletir sobre as relações entre corpo-sujeito e sociedade, buscando compreender as mudanças históricas ocorridas nessas relações e especificidades da sociedade brasileira, assim como investigar as possíveis contribuições do corpo, do movimento e da ludicidade para o desenvolvimento humano e integral.

Segundo Pimenta e Anastasiou (2011), as instituições de ensino superior enquanto locus social se caracteriza como ação e prática social, pautando-se pela ideia de um conhecimento guiado por suas próprias necessidades e por sua própria lógica, tanto no que se refere à descoberta e invenção quanto à transmissão desse conhecimento.

Corroboramos com os autores no que se refere ao papel das instituições de ensino superior enquanto prática social, no entanto preciso rever alguns aspectos referentes ao Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da UERN, e a sua abertura para as discussões acerca da inclusão de pessoas com necessidades especiais.

Nos deparamos com um aluno surdo nos primeiros dias de aula, no devido semestre citado a cima, e agora? Como fazer? Quais os desafios e superações dessa caminhada? Foi a partir desses questionamentos que começamos a pensar o formato das aulas, rever metodologias, dinâmicas que pudessem modificar a nossa prática pedagógica para um olhar mais inclusivo.

Para Lacerda e Santos (2014), em relação a preparação das aulas para alunos surdos, não basta apenas dominar a língua se não existir uma metodologia adequada para apoiar o que se está explanando, o que incide na necessidade de formação de futuros professores que saibam elaborar boas aulas, visualmente claras e que facilitem a atuação do intérprete e a compreensão do aluno surdo. Esse tipo de formação só tem a contribuir com o aprendizado dos alunos, sejam eles surdos ou ouvintes.

Destacamos a necessidade de mudar e adaptar o planejamento, rever estratégias metodológicas e de avaliação, foi uma condição necessária do nosso fazer. Não tinha um livro de receita que direcionasse como trabalhar de maneira mais significativa. Precisamos refletir nossa ação e no saber da experiência galgar novas maneiras de atuar como mediadores do processo de ensino e aprendizagem. (Núzia ROBERTA, diário (auto) biográfico Mossoró-RN, 2013).

As aulas da disciplina Corpo, Movimento e Ludicidade com carga horária de 60h, acontecia nas sextas feiras pela manhã na faculdade de Educação-FE. A metodologia utilizada durante o semestre se dava a partir de exposições dialogadas, oficinas de trabalhos corporais, leitura e discussão de textos, buscando estabelecer relações com as experiências vividas nas oficinas de trabalho corporal.

Mediante a isso, cada vez mais sentimos a necessidade de elaborar um planejamento que buscasse práticas de ensino adequadas à realidade do aluno com surdez. Para Lacerda e Santos (2014), estamos diante de mais um argumento que destaca a importância de boas estratégias para a explicação de conteúdos, retomando que estas podem ser mais bem alcançadas com a ajuda do intérprete. Este só tem a contribuir com o aprendizado tanto do surdo como também do aluno ouvinte, suprimindo as dificuldades encontradas no processo de ensino.

A autora Carvalho (2014), aborda a ideia de que fora das universidades, há poucos textos que se referiram a pesquisas realizadas pelos educadores, como parte integrante de suas ações pedagógicas cotidianas, em nossas escolas e que retratem as dificuldades e os êxitos experimentais na implementação de proposta inclusiva. Para a devida pesquisadora, introduzir a prática de pesquisas em nossas escolas é uma necessidade que se impõe, pois, a inclusão é um processo em andamento em todo o país.

Sentimos o quanto essa afirmação é correta, quando analisamos as situações em especial das nossas escolas privadas, quando em sua maioria, não tem a abertura nem o interesse em abrir discussões e levantar a bandeira da inclusão escolar, percebemos isso de maneira mais efetiva quando acompanhamos nossos alunos nos Estágios Supervisionados.

Para Gaio e Meneghetti (2011), o direito de todos à educação inclusiva é, sem dúvida, uma tarefa difícil, mas exequível. Precisamos ser capazes de desviar dos obstáculos que a escola tradicional coloca hoje para impedir o avanço das propostas de uma escola para todos, justa, democrática e aberta às diferenças.

Como havíamos discutido anteriormente, um dos receios que tivemos ao lidar com a diversidade em sala de aula, com a responsabilidade de ter que atuar, sem ter o conhecimento do domínio da LIBRAS, mesmo tendo um amparo legal que assegura a presença do intérprete em sala de aula, foi preciso (re) pensar a nossa prática pedagógica.

Considerando o atual currículo do Curso de Pedagogia da UERN destacamos as disciplinas que abordam questões da inclusão sendo elas: Língua Brasileira de Sinais e Educação para Diversidade. O Curso de Pedagogia da UERN (Campus Central) está oferecendo aos graduandos duas áreas relativas aos Estudos/ Disciplinas de Aprofundamento (Educação Especial e Educação Ambiental). Estas estão voltadas para investigações sobre processos educativos e gestoriais, em diferentes situações

institucionais: escolares, comunitárias, assistenciais e empresariais; avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira.

Mediante a isso, o aluno pode optar por uma das áreas de aprofundamento. Cada área de aprofundamento está organizada com duas Disciplinas, estando o aluno obrigado a cursar as duas pertencentes à mesma área escolhida.

A escolha das áreas de aprofundamento deu-se em decorrência não somente da demanda existente no mercado de trabalho, mas recebeu influência do ensino, da pesquisa e da extensão desenvolvidas no nível de pós-graduação lato-sensu da Faculdade de Educação.

No que se referi a Educação Especial: A atual luta pelo fim da exclusão atinge aspectos sociais muito amplos, que vão além dos limites da escola, o que impõe a necessidade de profundas mudanças. Esse quadro revela a importância dos programas formativos incorporarem novos paradigmas, que contemplem a inclusão.

As primeiras preocupações com a inclusão das pessoas com necessidades especiais em nossa universidade culminaram na criação do componente curricular “Educação Especial”, em 1996, e mais tarde na criação do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Inclusão – NEPEI, por entender a necessidade de cumprimento da Portaria nº 3.284, de 07 de novembro de 2003/MEC, e mais recentemente o Decreto Presidencial nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, e demais legislações pertinentes à inclusão, propôs-se a criar o DAIN – Departamento de Apoio à Inclusão – para atender a UERN e seu raio de abrangência. Atualmente, o Departamento de Educação dispõe de 04 (quatro) professores qualificados para atuar no ensino dessa área de aprofundamento e na revitalização desse campo de conhecimento. (PROPOSTA PEDAGÓGICA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, MOSSORÓ-RN, 2007).

A oferta desta área de aprofundamento deve permear a formação do pedagogo para o atendimento educacional às pessoas com necessidades especiais, a partir de uma coletânea de saberes e práticas que possibilitem a efetiva inclusão dos alunos na escola regular, com a visão de que a proposta da educação inclusiva é benéfica a todos, e não somente àqueles alunos que apresentam deficiências ou dificuldades.

Mediante o exposto, sentimos que houve a partir do atual currículo do Curso de Pedagogia da UERN, um direcionamento que até então não se tinha ao analisar os currículos antigos do curso. A UERN vive um momento charneira, de ruptura e mudança na academia, o que de certa forma mexe com as estruturas vigentes. Com isso, não podemos esquecer da contribuição da formação continuada e da busca em melhorar o desempenho de todos que estão engajados nesse processo.

Percebemos hoje, em nosso fazer um (re) pensar de uma prática mais inclusiva, através de estudos, leituras e um (re) fletir do nosso fazer pedagógico, um olhar atento a necessidade de buscar a formação continuada como um ponto importante para a construção desse fazer. No entanto, não podemos mais fechar os olhos as mudanças que estão ocorrendo, não se justifica mais o silêncio e o medo de lutar, buscar e fazer a diferença no campo educacional.

Rodrigues e Esteves (1993), definem a formação continuada como aquela que tem lugar ao longo da carreira profissional, após a certificação profissional inicial, garante a maioria das competências profissionais dos professores em exercício.

A formação continuada se constitui um momento em que houve a conscientização através da prática desenvolvida no cotidiano e isso pode ocorrer com o passar dos anos, através dos saberes experienciais adquiridos pela prática, ação, o que de certa forma, contribui para o desenvolvimento profissional.

4. RELATOS DE EXPERIÊNCIA A PARTIR DOS NOVOS OLHARES E DESDOBRAMENTOS DA DISCIPLINA CORPO, MOVIMENTO E LUDICIDADE.

Pensar uma prática lúdica que favoreça um aprendizado mais significativo dos alunos graduandos do curso de Pedagogia da UERN, no sentido de desenvolver atividades que favorecessem a inclusão do lúdico no fazer pedagógico desses, surgiu a partir de novas experiências e de um pensar sobre uma prática instigante, envolvente em sala de aula, a partir de outros semestres, pudemos analisar a contribuição da disciplina Corpo, Movimento e Ludicidade tendo em vista que os alunos do 7º período estavam realizando o Estágio Supervisionado III que podia ser desenvolvido em um espaço formal e não formal.

As sugestões de atividades que foram surgindo durante as aulas, teve como intuito maior proporcionar troca de aprendizados e experiências que auxiliariam na atividade desenvolvida durante esse semestre, surgiu a ideia de desenvolver algo mais dinâmico que envolvessem o lúdico, a partir das observações e dificuldades detectadas durante a disciplina ministrada, em pensar algo que favorecesse uma aprendizagem mais significativa e reflexiva. Mediante a isso foi pensada uma proposta com oficina de jogos e recreação ministrada por um Profissional de Educação Física.

A referida atividade teve como base a pesquisa interdisciplinar e vivências, repassadas com linguagem e ensinamentos fáceis de serem assimilados, propondo os seguintes objetivos: Orientar futuros educadores a fim de capacitá-los a auxiliar uma sessão de jogos e recreação com sequência lógica e pedagógica, à direção da sessão é uma

intervenção do Profissional de Educação Física, deixando claro que o papel do Pedagogo é o de auxiliar as atividades desenvolvidas por esse profissional, e assim fazer com que estes pudessem pensar uma prática mais significativa, interativa, participativa que envolvesse todos os sujeitos.

Mediante a isso, foi mostrada a importância que os jogos e a recreação exercem sobre os alunos na escola, fazendo com que essas atividades fossem valorizadas e reconhecidas como auxílio básico no desenvolvimento do ensino/aprendizagem na sala de aula.

Acatada a proposta da oficina, foi iniciado o planejamento, a elaboração e execução em conjunto com o Profissional de Educação Física. Durante a mesma, foi feito o uso de embasamento teórico que perpassou conceitos, históricos, organização, técnicas gerais, jogadores, formação, fases, elementos, como escolher, ensinar, conduzir, tipos de jogos e utilizando o circuito como ferramenta de trabalho.

Durante a prática, foi demonstrado como organizar, conduzir, expor e evidenciar os tipos de jogos/ recreação, assim como o desenvolvimento de um circuito de habilidades diversas – conjunto de atividades diferentes, a qual foi denominada de estação.

Para finalizar foi feita uma confraternização e socialização – dinâmica do bombom em que os alunos vivenciaram um momento mágico de muita dinamicidade e integração. Atividade aplicada ao término da oficina, teve como objetivo a participação de todos os alunos e por último foi realizada uma rápida avaliação, acerca da prática desenvolvida em sala de aula.

No entanto a realização da oficina, proporcionou subsídios os quais foram repassados para os alunos graduandos, de maneira que estes pudessem estar conscientes do seu papel enquanto auxiliares dessas atividades lúdicas, sendo capazes de desenvolver a criatividade, a partir da ampliação do seu universo de conhecimentos, tomando consciência da relevância dessas atividades, proporcionando aos mesmos os benefícios sociais, cognitivos, culturais, motores e afetivos, fazendo com que a partir dessas vivências pudessem conciliar a disciplina com as atividades em sala de aula, contribuindo em especial no Estágio Supervisionado III no Curso de Pedagogia da UERN e uma análise mais aprofundada de uma prática mais interativa e participativa.

Para Ferreira (2011), todo o exercício lúdico, deve ser feito dentro de certas regras, sem, contudo, tolher ou reprimir a criatividade do aluno. As regras da brincadeira devem ser valorizadas e a maneira de trabalhar não deve ser confusa, permitindo ao aluno acompanhar a dinâmica, compreendendo-a com facilidade, o que facilitará seu relacionamento com o mundo e com os objetos. Essas regras ajudarão, também, a manter a disciplina dentro do grupo e a socialização.

Em outro momento foi realizada uma discussão sobre um texto “corpos de rua”, uma atividade teórica, porém reflexiva sobre os outros sujeitos inseridos no contexto social, o menino de rua, mendigo, negro, pobre, a mulher entre outros, e assim foi surgindo um (re)significar do conceito da linguagem corporal em sua totalidade e da inclusão dos sujeitos inseridos na sociedade de uma maneira geral.

Diante das discussões foi realizada uma roda de conversa sobre as leituras de Foucault em sua obra Vigiar e Punir, que discute a relação que se encontra em várias entidades estatais tais como: hospitais, prisões e escolas, sobre o controle dos corpos nesses espaços, suas repressões e frustrações entre outros, fazendo relação com a disciplina.

A partir dessas atividades direcionadas surgiu a ideia de desenvolver um trabalho em duas escolas, uma da rede pública e a outra da rede privada, sobre o momento de recreação das crianças, seu movimento, postura, socialização e comportamento expressivo do seu corpo e o envolvimento de todos a partir de um olhar para a diversidade. Essa atividade está em andamento, tendo em vista que o semestre 2015. 1 ainda não concluiu, porém, os alunos irão às escolas observar as crianças no momento do corpo em movimento, “liberdade” de expressão, da integração e socialização dos mesmos, a observação será dirigida a partir de alguns questionamento a serem observados durante a atividade realizada e ao final, com a conclusão de uma relatório acerca da importância da disciplina Corpo, Movimento e Ludicidade dos sujeitos inseridos, considerando o corpo e suas possibilidades a partir de um olhar inclusivo e dos diversos olhares e diálogos existentes em nossa sociedade, em especial no âmbito educacional.

5. EM BUSCA DE UM NOVO TRILHAR DA CAMINHADA.

À luz das reflexões aqui discutidas, pudemos perceber a relevância da prática pedagógica voltada para um novo olhar acerca da inclusão na Educação Superior. Essa análise requer uma busca de alguns fatores os quais consideramos imprescindíveis e de uma análise da formação continuada que atendessem aos moldes dessa inclusão de pessoas com necessidade especial.

Ao revermos os aspectos da nossa formação percebemos uma lacuna existente no caminhar referente a temática discutida, fruto de uma grade curricular que não dialogava com a inclusão, o que de certo modo influenciou em nosso fazer docente.

A partir da experiência na docência superior com um aluno surdo, o que nos fez pensar sobre qual o nosso papel como docente, levando a refletir a importância da busca pelos saberes da experiência, sentimos que não bastava só a boa vontade, precisávamos

buscar subsídios que fizessem a diferença em nosso fazer pedagógico e que por mais que quiséssemos nos faltava algo, fruto de um pensar a formação continuada, que de certa forma possibilitasse uma prática pedagógica mais reflexiva .

Um outro ponto que o qual destacamos foi a experiência com a disciplina Corpo, Movimento e Ludicidade, no 7º período do curso de Pedagogia, a partir do momento que recebemos o devido aluno, sem que houvesse um preparo, ou informação por parte da Universidade, um abrir-se ao diálogo mais direcionado que nos deixasse mais seguros do que precisavamos fazer, e assim fomos buscar uma maneira de pensar um fazer diferenciado que atendesse a real situação, que incluísse a todos em sala de aula de maneira respeitosa , ética e profissional.

A Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, compõe de uma Diretoria de Políticas e Ações Inclusiva (DAIN) Departamento de Inclusão/DAIN que realiza um trabalho em conjunto com os demais departamentos, onde existe uma equipe multidisciplinar para atender, na medida do possível, a demanda existente acerca de profissionais que auxiliarão o trabalho dos docentes. O aluno tinha uma intérprete em LIBRAS e isso facilitou muito nossa atuação em sala de aula, e assim tudo que eu fosse realizado era combinado com ela e com o aluno, que aos poucos se sentia familiarizado na sala de aula juntamente com os demais colegas.

Essa experiência marcou demais a nossa prática e nos fez (re) pensar cada vez mais a disciplina Corpo, Movimento e Ludicidade, tornando mais ampla a sua contribuição através do lúdico, das brincadeiras e socialização, contribuir para uma formação dos futuros pedagogos voltada para a inclusão dos alunos em sua totalidade.

As oficinas realizadas, as pesquisas de campo, os estudos teóricos serviram como subsídios para um pensar a disciplina em seus diversos aspectos, sociais, culturais e educacionais.

Um outro aspectos foi pensar a contribuição de uma formação continuada, a partir da busca pela literatura voltada para a inclusão, do olhar sobre as disciplinas ministradas no atual curso de pedagogia, assim como a participação na roda de estudo - Lei Brasileira de Inclusão (LBI) - Lei Nº 13.146, de 06 de julho de 2015, realizadas pela DAIN, como forma de proporcionar um aprendizado maior acerca da legalização da inclusão, que possibilitará diversas maneiras de pensar a educação inclusiva não só a nível superior, como na educação básica.

Ressaltamos também os cursos de pós-graduação, e o amadurecimento de um fazer pedagógico mais significativo, em que nos fez perceber a mudança de postura, de maneira significativa, a partir de demandas atuais no campo da educação básica e superior e os trabalhos junto a outros profissionais, como Psicólogo, Assistente Social e professor de educação Física, que puderam dar um suporte maior ao nosso fazer, o que de certa forma

nos auxiliaram na busca de compreender cada vez mais a diversidade, ampliando cada vez mais a nossa visão de mundo e de pessoa. Os resultados obtidos com esse estudo versam sobre a importância de se pensar uma prática pedagógica na ação-reflexão-ação, nos desafios da formação, na busca pelos saberes da experiência e de uma formação continuada que atenda aos modos da educação mais inclusiva.

Esse estudo fica à mercê do inacabado, deixando uma análise que favorece a academia, no curso de pedagogia da UERN e as discussões na educação básica, perpassando a importância de se refletir a ação-reflexão-ação, a partir de uma formação que perpassa os muros da Universidade, estabelecendo uma conexão maior entre saber ser e saber fazer uma educação nos moldes de uma inclusão de homens, mulheres, negros, índio, crianças, idosos, pessoas com necessidades especiais entre outros.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Rosita Edler. **Escola inclusiva: a organização do trabalho pedagógico**. Porto alegre: Mediação, 2014.
- FERREIRA, Aurora. **Arte, escola e inclusão**. Atividades artísticas para trabalhar com diferentes grupos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- JOSSO, Marie-Chistine. **Experiência de vida e formação**. São Paulo: Paulus, 2010.
- GAIO, Roberta, MENEGHETTI, Rosa G. Krob. **Educação especial**. Petrópolis - RJ: Vozes, 2011.
- LACERDA, Cristina Broglia, SANTOS, Ferreira Lara. **Tenho um aluno surdo**. E agora? Introdução a LIBRAS e educação de surdos. São Carlos: EduFScar, 2014.
- LIMA, Núzia Roberta. **Formação e Prática: Narrativa (Auto) Biográfica de uma pedagoga que leciona o ensino da arte**. Mossoró-RN, 2013,147. Dissertação. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.
- PLETSCH, Márcia Denise. **Repensando a inclusão escolar**. Diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual. Rio de Janeiro: Nau: Edu, 2010.
- PIMENTA, Selma Garrido, ANASTASIOU, Léa, das Graças Camargo. **Docência superior**. São Paulo: Cortez, 2011.
- Proposta Pedagógica do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN. Mossoró-RN, 2007.
- RODRIGUES, Ângela, ESTEVES Emanuela. **A análise de necessidades na formação de professores**. Portugal: Porto Editora, 1993.
- SILVA, Lúcia Guacira dos. **Educação inclusiva: práticas pedagógicas para uma escolar sem exclusão**. São Paulo: Paulinas, 2014.